

**ATA DA REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO – CASO EVANDRO:**

**APONTAMENTOS PARA O FUTURO – 21/07/2021**

3 No vigésimo primeiro dia do mês de julho de 2021, às 09h00, foi realizada a segunda  
4 **Reunião do GRUPO DE TRABALHO - CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA**  
5 **O FUTURO**. Participaram da reunião, remota ou presencialmente: **Angela Christianne**  
6 **Lunedo de Mendonça**, Coordenadora do GT e Chefe do Departamento de Promoção  
7 e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania e do Departamento de Políticas para  
8 Criança e Adolescente, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e  
9 do Adolescente, na qualidade de Vice-Presidente; **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior**  
10 **Neto**, Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promo-  
11 torias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná,  
12 representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná Gilberto Giacoia;  
13 **Cláudio Marques Rolin e Silva**, Delegado responsável pelo Setor de Vulneráveis da  
14 Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, representando o Secretário de Estado  
15 de Segurança Pública do Paraná Romulo Marinho Soares; **Rogério Nicolau**, Advoga-  
16 do integrante da Comissão da Advocacia Criminal, da Ordem dos Advogados do Brasil  
17 Seção Paraná, representando o Presidente da OAB Cassio Lisandro Telles; **Bruna Sa-**  
18 **raiva**, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da  
19 Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná; **Bruno Muller Silva**, Defensor Público  
20 Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude; **Marcel Jeronymo**  
21 **Lima Oliveira**, Vice-Presidente do Conselho Permanente de Direitos Humanos; **Silvio**  
22 **Renato Fernandes Jardim**, Chefe do Departamento de Justiça; **Rafael Moura**, Promo-  
23 tor de Justiça e membro do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça  
24 de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná; **Regina Bley**,  
25 membro do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos  
26 Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná; **Carmen Lúcia Pereira da Silva**,  
27 **Ana Raggio**, **Eloise Zanon Garcia** e **Ana Vitória Naumann**, do Apoio Técnico do GT.  
28 **Abertura:** Cumprimentando a todos os presentes, Ana Raggio deu início à reunião.  
29 **Aprovação da ata anterior:** Ata aprovada por unanimidade. **Angela Christianne Lu-**  
30 **nedo de Mendonça** informou: “Pensamos, assim como nos relatos espontâneos das  
31 pessoas que serão convidadas, em manter a fala genuína dos relatores e a ata em for-  
32 ma de transcrição. Todos de acordo em fazer assim como forma de registro? Então po-  
33 demos ir para o segundo ponto de pauta, que é a construção do plano de trabalho.  
34 Peço que a Regina e a Ana, que participaram da construção do plano, possam relatar  
35 ao grupo de que forma se deu, quais foram as estratégias e a metodologia”. **Ana Rag-**  
36 **gio** falou: “Vou começando então e estou compartilhando a tela com vocês. Tem uma  
37 parte de apresentação, que é o ponto principal, a fundamentação demonstrando as fun-  
38 ções... A Angela está pontuando se vocês teriam interesse em acrescentar alguma in-  
39 formação sobre as próprias instituições, algum dispositivo legal que fundamente, algo  
40 nesse sentido. Está aberto para colaborações”. **Angela Christianne Lunedo de Men-**  
41 **donça** falou: “Em relação à presença da OAB, Dra. Bruna, talvez um pouco da Comis-  
42 são da Criança, sua finalidade, é importante a participação nesse contexto. Da mesma  
43 forma a Comissão de Direitos Humanos da OAB, Dr. Rafael, como centro de apoio. É  
44 como um documento histórico, registro histórico. Acho importante esse detalhamento  
45 institucional. Também, Dr. Cláudio, sobre a atuação da Polícia Civil. Nossa DEJU já

4

46 está aqui representada, mas especialmente as instituições que compõem conosco o  
47 grupo. Seria importante encaminhar o texto antes para já aprovarmos o texto na próxi-  
48 ma reunião e inserir como um dos pontos de pauta”. **Ana Raggio** deu sequência: “Eu  
49 trouxe a questão dos acontecimentos de tortura, a questão do tráfico de pessoas, os  
50 embasamentos, a intolerância religiosa, uma análise da questão da violação de direitos  
51 humanos baseados na Corte Internacional, e então a gente entra na parte de objetivos.  
52 A partir de agora faço uma leitura mais cuidadosa. O objetivo geral é ‘analisar, de forma  
53 intersetorial, o emblemático Caso Evandro, visando identificar possíveis violações de  
54 direitos humanos e recomendar aos órgãos competentes a adoção de medidas para re-  
55 visão do caso e criação e fortalecimento de políticas públicas para evitar que as viola-  
56 ções identificadas se repitam no Estado do Paraná”. **Angela Christianne Lunedo de**  
57 **Mendonça** sugeriu: “Acho importante a gente ir vendo ponto a ponto e aprovando item  
58 por item, pode ser? Em relação ao objetivo geral, nós colocamos ‘analisar de forma in-  
59 tersetorial’, talvez não seria mais completo alterar para ‘analisar de forma interinstitucio-  
60 nal’? Também não sei se ‘medidas para revisão do caso’, mas para ‘atuação em casos  
61 futuros’, porque nós não temos autoridade, autonomia e competência para rever o  
62 caso”. **Silvio Renato Fernandes Jardim** falou: “A não ser como estudo do caso”. **An-**  
63 **gela Christianne Lunedo de Mendonça** manifestou: “Eu queria ouvir os colegas”. **Ra-**  
64 **fael Moura** falou: “Sobre isso, a minha sugestão é tirar o ‘recomendar’, porque o reco-  
65 mendar dá um caráter, um tom mais ameaçador. Geralmente a gente recomenda algo  
66 que se não for feito a gente tem a possibilidade de adotar alguma medida mais contun-  
67 dente para forçar a adoção da providência que a gente indicou. Então eu sugeriria que  
68 a gente colocasse ‘solicitar’ e a adoção de medidas para investigar eventuais crimes,  
69 algo do tipo. Porque eu acho que a gente tem, como acho que já foi discutido na pri-  
70 meira reunião, que tomar muito cuidado para não entrar nas atribuições de outros ato-  
71 res, outras instituições, que são proibidas inclusive. Por exemplo, eu acho que a gente  
72 poderia, em relação aos crimes indicados como possível tortura ou até mesmo desapa-  
73 recimento, mais remeter o caso para a polícia, para o Ministério Público com os ele-  
74 mentos que forem trazidos até o grupo. Mas o grupo, acredito eu, que não tenha atri-  
75 buições para investigar, para desenvolver, para ir atrás de testemunho. Isso a gente  
76 não tem atribuições para fazer. Então, acho que mandar esse ofício para a delegacia,  
77 para o Ministério Público e para a defesa se for o caso, repassar algum documento que  
78 possa ajudar em alguma eventual ação de revisão criminal. Eu acho que a gente podia  
79 solicitar aos órgãos competentes a adoção das medidas e eu também acho que tiraria  
80 a revisão das medidas para apuração de crimes e adoção das medidas cabíveis, algu-  
81 ma coisa mais genérica. Acho que revisão é um termo muito técnico, que a defesa vai  
82 avaliar se é o caso, quando e como vai ajuizá-lo. Para resumir, trocaria ‘recomendar’  
83 por ‘sugerir’ e ‘medidas para revisão’ deixaria mais genérico como apuração de eventu-  
84 ais ilicitudes e adoção das medidas cabíveis”. **Ana Raggio** fez a releitura: “Analisar, de  
85 forma interinstitucional, o emblemático Caso Evandro, visando identificar possíveis vio-  
86 lações de direitos humanos e sugerir aos órgãos competentes a adoção de medidas  
87 cabíveis para apuração de eventuais ilicitudes no caso, bem como recomendar a im-  
88 plantação, implementação e fortalecimento de políticas públicas para evitar que as vio-  
89 lações identificadas se repitam no Estado do Paraná”. **Angela Christianne Lunedo de**  
90 **Mendonça** falou: “Eu considero bem importante esses cuidados terminológicos no ob-  
91 jetivo geral e específico. Acho que teremos muitos caminhos durante o debate. Acho

6  
92 que esse momento é precioso e a gente destinou realmente esse dia de hoje para esta-  
93 belecemos os contornos da nossa atuação. Então, não sei se tem mais alguma suges-  
94 tão dos conselhos, própria OAB?”. Os integrantes manifestaram-se de acordo. **Regina**  
95 **Bley** falou: “A nossa grande preocupação foi ao pensar nos objetivos. Foi justamente o  
96 que o Dr. Rafael falou, não avançar em campos que não sejam da estrita competência  
97 do Grupo de Trabalho, ou seja, competência de outras instituições. Agora com essas  
98 alterações que foram sugeridas, acho que se aproxima muito do que era a expectativa  
99 do Secretário, quanto da criação do GT e nossa também. Acho que está bem próximo  
100 do que a gente imaginava mesmo”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou:  
101 “Indicamos o CEDCA e o José Wilson como Presidente estará nos acompanhando. Eu  
102 estou Vice-Presidente do Conselho, então designada por ele aqui também representan-  
103 do o CEDCA e nós tivemos ontem pela tarde a posse do biênio do CONSEPIR. Então,  
104 também queria que a equipe técnica já encaminhasse ao Conselho de Igualdade Racial  
105 a solicitação para representação no GT. Do COPEAS ainda precisamos da representa-  
106 ção assim que saia a posse. Podemos acho que já avançar para os objetivos especifi-  
107 cos”. **Ana Raggio** continuou: “Só pontuando que também se alguém tiver alguma cola-  
108 boração na parte da justificativa, dos fundamentos jurídicos... Está aberto. Dos objeti-  
109 vos específicos: ‘Dialogar com as instâncias competentes para solução do Caso Evan-  
110 dro, perante as novas tecnologias disponíveis, provas supostamente novas e suspeitas  
111 levantadas acerca do processo de investigação’”. **Angela Christianne Lunedo de**  
112 **Mendonça** falou: “Retire a parte de suspeitas”. **Ana Raggio** falou: “Essa questão de  
113 novas tecnologias é da parte de DNA”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** fa-  
114 lou: “É, se existem novos recursos de análise que pode de alguma forma contribuir.  
115 Precisaria ver as contribuições da Polícia Científica. Não sei se o Dr. Grochocki tem al-  
116 guma contribuição nesse sentido”. **Ana Raggio** informou: “Ele não está presente”. **An-**  
117 **gela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Vou chamá-lo aqui”. **Ana Raggio** con-  
118 tinuou a leitura dos objetivos específicos: “Levantar possíveis violações de direitos  
119 ocorridas no caso; diagnosticar a rede de proteção existente para evitar a ocorrência e  
120 possibilitar a denúncia e investigação destas violações”. **Angela Christianne Lunedo**  
121 **de Mendonça** propôs: “Eu acho que ao invés de ‘diagnosticar’, seria ‘mapear’”. **Ana**  
122 **Raggio** falou: “Então, ‘mapear a rede de proteção existente para evitar a ocorrência e  
123 possibilitar a denúncia e investigação destas violações’”. **Regina Bley** contribuiu: “Não  
124 sei se o mapeamento da rede por si só evita a ocorrência de violações. Eu acho que  
125 fortalece, incrementa, mas não sei se evita”. **Angela Christianne Lunedo de Mendon-**  
126 **ça** falou: “Acho que é ‘mapear a rede de proteção disponível, prevenir a violação de di-  
127 reitos e oportunizar a denúncia’”. **Ana Raggio** continuou a leitura: “Fortalecer as medi-  
128 das de defesa dos direitos humanos do Estado do Paraná, promovendo o diálogo inte-  
129 rinstitucional a partir de um caso concreto emblemático para o Estado”. **Regina Bley**  
130 sugeriu: “Talvez fosse a partir da análise, a partir do estudo de um caso concreto”.  
131 **Cláudio Marques Rolin e Silva** se manifestou: “Eu acredito que com essa questão do  
132 Caso Evandro, outros casos surgirão. Então, não sei se seria a partir de casos concre-  
133 tos, porque essa medida que foi adotada aqui no Paraná, eu acompanho e não existe  
134 em nenhuma parte do Brasil essa questão de um grupo criado. Tanto é que nós esta-  
135 mos lutando pela Comissão de Direitos Humanos para criação de um grupo semelhan-  
136 te para apuração de erros do judiciário. Só que o termo ‘erro judiciário’ nós estamos  
137 tentando mudar, porque dá a impressão que o juiz errou. Então, seria ‘erro no sistema

138 de justiça”. **Eloise Zanon Garcia** falou: “Eu queria acrescentar no item anterior, na ver-  
139 dade. Porque ali depois do prevenir ficou faltando alguma coisa. Prevenir o quê?” **Regi-  
140 na Bley** falou: “Eu acho também que está faltando”. **Angela Christianne Lunedo de  
141 Mendonça** complementou: “Prevenir violações de direitos”. **Regina Bley** falou: “Possí-  
142 veis casos de violações de direitos, eu acho”. **Ana Raggio** se manifestou: “Eu acho que  
143 é as duas coisas, prevenir e possibilitar a denúncia”. **Regina Bley** falou: “Prevenir os  
144 casos.” **Ana Raggio** falou: “Prevenir casos de violações de direitos e possibilitar a de-  
145 núncia e investigação.” **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Acho que  
146 de condutas em desconformidade técnica, porque me parece que nós temos já dentro  
147 das instituições uma série de regulações, procedimentos e orientações que de certa  
148 forma já estão totalmente implementadas dentro desse período pós Constituição para  
149 evitar essas violações. Tanto no ordenamento jurídico, quanto no campo dos procedi-  
150 mentos e protocolos. Então, quando a gente fala em prevenir casos de violações de di-  
151 reitos, possibilitar a denúncia e investigação dos mesmos, também reforçar esse proto-  
152 colos, trazer à tona de que os operadores do sistema de justiça, as autoridades... Nós  
153 temos procedimentos técnicos em relação a condutas no campo técnico, por exemplo,  
154 que já estão em formalização e que talvez esses procedimentos deversem ser reforça-  
155 dos, reafirmados, porque a gente também entra no campo das escolas de formação,  
156 que é um campo importante e acho que a gente deixou meio invisível nos objetivos”.  
157 **Ana Raggio** falou: “Mapear a rede de proteção disponível para prevenir casos de vio-  
158 lações de direitos e possibilitar a denúncia e investigação dos mesmos”. **Angela Ch-  
159 ristianne Lunedo de Mendonça** questionou: “Mais alguma sugestão, Dr. Bruno, Dra.  
160 Bruna, Dr. Rafael?”. **Bruno Muller Silva** respondeu: “Sem sugestões, estou concor-  
161 dando com tudo. Lembro das reservas, principalmente do Ministério Público, de se re-  
162 ver o caso e se adentrar em esfera judicial, de acusação. Acho que é importante res-  
163 peitar essas questões mesmo”. **Ana Raggio** deu sequência na leitura dos objetivos es-  
164 pecíficos: “Evitar a perpetuação de práticas de tortura”. **Angela Christianne Lunedo  
165 de Mendonça** perguntou: “Não tem uma palavra mais forte que ‘evitar’? Evitar é pouco.  
166 Até não sei se ‘combater’ não é melhor. Importante destacar sobre a questão da tortu-  
167 ra, não dá pra minimizar nem relativizar, mas eu acho que de alguma forma a gente  
168 tem que falar das violências nas suas diferentes manifestações e formas, porque aqui  
169 nós temos várias violações no caso da diversidade religiosa, a violação do direito de  
170 convivência comunitária por parte das crianças e familiares. É uma violação de direito  
171 que não apareceu por parte das crianças. O próprio direito à vida, direito à infância das  
172 vítimas, das crianças que desapareceram. Aqui não aparece no texto esse olhar da cri-  
173 ança desaparecida”. **Cláudio Marques Rolin e Silva** falou: “O que eu observo é que  
174 muitas vezes nós colocamos a questão da prescrição, que já prescreveu o caso, já  
175 prescreveu o assassinato, mas para as famílias, a questão de um filho desaparecido...  
176 A Polícia Judiciária tem missão constitucional de promover a busca da verdade e a ver-  
177 dade para as famílias é muito importante nessas situações. Então, eu vejo que mesmo  
178 que no caso não ocorra a pretensão punitiva, todas as diligências possíveis têm que  
179 prosseguir, como é o caso do Leandro Bossi, como é o caso daquela ossada da crian-  
180 ça que foi encontrada com as roupas do Leandro Bossi, que é uma ossada feminina.  
181 Eu até conversei com a Dra. Patrícia e eles estão vendo meios para preservar o DNA  
182 daquela ossada para comparar com as mães e os familiares que têm pessoas desapa-  
183 recidas. Então, essa questão da prescrição e matéria de criança desaparecida, nós te-

10  
184 mos que mudar o conceito, porque em vários Estados, inclusive, existe esse tipo de vi-  
185 são voltada sempre para a punição do possível autor. Eu, se tivesse um filho desapare-  
186 cido, poderia passar 300 anos que eu gostaria que o Estado juntasse todos os esforços  
187 para localizar meu filho e saber a verdade sobre o que aconteceu”. **Angela Christian-**  
188 **ne Lunedo de Mendonça** perguntou: “Alguma sugestão em relação às crianças desa-  
189 parecidas? Eu vi também, nesse sentido do que o Dr. colocou, acho que no interior de  
190 São Paulo, na semana passada, ocorreu a reabertura do caso de um menino escoteiro.  
191 Vão retomar os estudos do caso pela busca de novas provas ou novos indícios. De cer-  
192 ta forma a gente vai mexendo em pautas que se complementam. E essa questão real-  
193 mente, da família e do desaparecimento de crianças, é muito importante ter um espaço  
194 no nosso debate”. **Regina Bley** falou: “Eu senti que falta também, relendo agora os ob-  
195 jetivos específicos. Eu acho que a gente tem que destacar alguma questão relativa ao  
196 desaparecimento de crianças em geral, como objetivo específico.” **Rafael Moura** falou:  
197 “Aproveitando sobre o que o Dr. Cláudio Marques falou, isso tem um respaldo jurídico.  
198 A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem decidido nesse sentido, que o dever  
199 estatal de investigar, a obrigação de investigação, se fundamenta em duas vertentes,  
200 uma punitiva e outra do direito à verdade, do direito à obtenção da verdade, da verdade  
201 possível, da verdade realizável a partir de uma investigação eficiente que exaura os fa-  
202 tos, que seja diligente, uma investigação que busca trazer a versão dos fatos, a melhor  
203 possível para os familiares que também são considerados vítimas”. **Angela Christian-**  
204 **ne Lunedo de Mendonça** complementou: “A gente poderia então, Dr. Rafael, talvez na  
205 parte da apresentação, incluir essa explicação que o senhor dá, isso é bem importante.  
206 Nos objetivos específicos, talvez destacar alguma ação nesse sentido. Dr. Bruno quer  
207 falar?” **Bruno Muller Silva** pronunciou: “Concordo com o Dr. Rafael. O caso dos fogos  
208 de artifício é interessante o grupo conhecer”. **Ana Raggio** perguntou: “Qual é o caso  
209 Dr.? Não conseguimos ouvir”. (Inaudível) Caso da fábrica de fogos de artifício de Santo  
210 Antônio de Jesus. **Regina Bley** falou: “Deve constar como objetivo específico a reco-  
211 mendações de ações, a prevenção, assim como a identificação e localização de pesso-  
212 as desaparecidas. Acho que a gente pode destacar, especialmente, crianças e adoles-  
213 centes, mas acho que a ação seria geral, não só para crianças e adolescentes, porém  
214 com destaque para”. **Ana Raggio** falou: “A busca da verdade possível fica na justificati-  
215 va e não entra como objetivo específico. Eu inseri, a partir da fala da Angela, ‘Fortale-  
216 cer a garantia do direito à vida, convivência familiar e convivência comunitária de crian-  
217 ças e adolescentes; Fortalecer a rede de prevenção, repressão e solução do desapare-  
218 cimento de pessoas, com foco prioritário em crianças e adolescentes; Fortalecer o  
219 combate e enfrentamento a práticas de tortura, como um crime abominável; Promover  
220 a liberdade de crença e o respeito à diversidade religiosa; Emitir recomendações aos  
221 órgãos competentes para adoção de medidas cabíveis.’ Acho que a gente fecha assim  
222 os objetivos específicos”. **Regina Bley** falou: “É importante aprovarmos. Se for o caso  
223 depois se tivermos que complementar, ok”. **Angela Christianne Lunedo de Mendon-**  
224 **ça** falou: “O plano é o Plano de Trabalho ser aprovado como um todo, porque é a partir  
225 dele que vamos fazer o convite para as pessoas. Acho que as pessoas que serão con-  
226 vidadas para fazer o relato espontâneo tem que ter inclusive clareza de qual é o objeti-  
227 vo do Plano de Trabalho, portanto vão receber o nosso documento como um norteador  
228 da metodologia que a gente pretende implementar. Acho que temos que aprovar sim,  
229 não há dúvidas. Ele não precisa ser um Plano de Trabalho definitivo, imutável, mas ele

12  
 230 precisa ser a nossa bússola. É o norte da Comissão até para que a gente faça uma  
 231 auto-regulação coletiva interna. Acho que é esse o papel da Comissão”. **Cláudio Mar-**  
 232 **ques Rolin e Silva** sugeriu: “Também não gosto desse termo 'recomendar', mas como  
 233 cidadãos e integrantes desse Grupo nós poderíamos, ao final, dependendo do resulta-  
 234 do, propor um projeto para alterações legislativas”. **Angela Christianne Lunedo de**  
 235 **Mendonça** falou: “Essa questão de alterações legislativas, a gente pensou que dentro  
 236 dos eixos podíamos incluir, no aspecto jurídico, alterações, recomendações ou suges-  
 237 tões de alterações legislativas. Aqui tem uma dúvida, me ajudem, por favor. Quando a  
 238 gente fala em afirmar o direito ou assegurar o direito, parece que se dá no campo do  
 239 texto da lei, no campo legislativo e isso a gente já tem a lei que garante. Agora, a gran-  
 240 de dificuldade é o exercício mesmo dessa liberdade, explicitação dessa liberdade que é  
 241 um grande desafio”. **Regina Bley** falou: “Eu acho que ficou bom assim”. **Ana Raggio**  
 242 leu: “Promover o direito ao exercício da liberdade de crença e o respeito à diversidade  
 243 religiosa’. Acho que fechou”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** completou:  
 244 “Só para uma questão de coletivo mesmo, essa sugestão que o Dr. Claudio trouxe de  
 245 indicar sugestões de alterações legislativas, vocês entendem que pode ficar como obje-  
 246 tivo específico ou como um eixo de trabalho conforme nós colocamos no final do relató-  
 247 rio? Um eixo dentro do eixo jurídico, daí um sub eixo legislativo? Eu acabei me mani-  
 248 festando e não consultei o grupo”. **Regina Bley** respondeu: “Pode ser, Angela. Eu não  
 249 veria problema também em ser objetivo específico, desde que fizesse uma ressalva,  
 250 quando for o caso. Propor alterações legislativas, mas como você propôs também eu  
 251 acho que se enquadra bem no eixo. Eu acho que tem que aparecer”. **Angela Christi-**  
 252 **anne Lunedo de Mendonça** falou: “A gente deixa o genérico e depois lá na frente de-  
 253 talha então. Acho que não é ‘fortalecer’, acho que é ‘propor, indicar, sugerir’”. **Ana Rag-**  
 254 **gio** se manifestou: “É que daí eu acho que ficou faltando políticas públicas, a criação  
 255 de políticas públicas”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Mas aí a  
 256 gente falou em implantação e implementação lá em cima”. **Ana Raggio** falou: “Mas a  
 257 gente falou no objetivo geral, não no específico”. **Angela Christianne Lunedo de Men-**  
 258 **donça** falou: “Eu acho que o geral realmente é o todo. Todos esses itens podem ser  
 259 sugestões de políticas públicas, todos esses objetivos”. **Cláudio Marques Rolin e Sil-**  
 260 **va** falou: “A questão que eu acho interessante colocar no texto, como a gente vai fugir  
 261 daquele termo erro judiciário, que dá impressão de que se restringe ao magistrado, co-  
 262 locar a questão da prevenção de falhas no sistema de justiça, erros no sistema de justi-  
 263 ça. Porque cá entre nós, as nossas autoridades ainda hoje, e colocamos a polícia, Mi-  
 264 nistério Público, Poder Judiciário e todos que fazem parte do sistema, nós temos uma  
 265 enorme dificuldade em admitir erros e falhas. Eu creio que se a gente começar a tratar  
 266 desse tema com mais liberdade e com mais atenção, essa dificuldade em admitir erros  
 267 e que a investigação teve falhas, começa a diminuir. Porque, para a Polícia Judiciária,  
 268 por exemplo, é uma honra quando se descobre que algo está equivocado e se desco-  
 269 bre a verdade. Nós tivemos exemplos em Londrina, onde os investigadores fizeram  
 270 uma diligência e descobriram depois que estavam errados e eles mesmos reformula-  
 271 ram as diligências e comunicaram imediatamente o juiz que corrigiu o erro logo no iní-  
 272 cio. Então, quando nós começamos a discutir sobre isso publicamente, a tendência é  
 273 diminuir essa enorme dificuldade em admitir que houve uma falha, principalmente  
 274 quando se decreta prisão temporária no início de uma investigação, que infelizmente  
 275 existe esse método de prender para depois investigar, o que é lamentável. A gente tem

14

276 que começar a rever esses conceitos para que o sistema de justiça seja aperfeiçoado”.

277 **Regina Bley** falou: “Eu concordo plenamente com o Delegado Marques. Minha dúvida

278 é se isso é uma função deste Grupo de Trabalho, como está aqui promover a investiga-

279 ção de falhas no sistema de justiça e a investigação de suspeitas. É uma função do

280 Grupo? Eu acho que essa é a pergunta que a gente tem que se fazer o tempo inteiro

281 ao pensar nos objetivos, se não a gente estabelece objetivos que não temos competên-

282 cia e nem tempo para cumpri-los”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou:

283 “A cada objetivo descrito aqui, no final do relatório a gente fica entre aspas vinculado

284 ao que a gente se propôs e precisamos ter um responsável pela redação. Essa é a ló-

285 gica da construção do relatório”. **Regina Bley** informou: “Exatamente. É o que eu estou

286 levantando. Será que nós temos condições e tempo para responder cada um dos obje-

287 tivos que nós estamos estabelecendo? Acho que essa é uma pergunta que nós todos

288 como um Grupo de Trabalho temos que nos fazer. Em relação ao mérito, concordo in-

289 tegralmente com o que o Delegado Marques colocou. Mas não sei se seria o caso de

290 transformar isso em um objetivo, a não ser que analisemos, com calma, se daríamos

291 conta dele, assim como de todos os outros. Acho que isso é importante”. **Ana Raggio**

292 falou: “Na verdade a gente só está aqui reunido por uma falha no sistema de justiça. Na

293 minha opinião, esse é um ponto extremamente importante. Assim como a gente vai re-

294 recomendar questões em relação ao desaparecimento, a gente vai ter que recomendar

295 questões em relação as falhas no sistema de justiça”. **Regina Bley** falou: “Mas não

296 promover a prevenção de falhas. Como a gente vai promover isso em 60 dias? Talvez

297 recomendar”. **Ana Raggio** falou: “Ao final, podemos adaptar todos os objetivos para re-

298 recomendar o fortalecimento. Porque todos são recomendações”. **Rafael Moura** acres-

299 centou: “Será que a gente não poderia substituir o item 11 por ‘sugerir a elaboração de

300 protocolos e parâmetros mínimos de atuação, com vista a prevenir falhas no sistema

301 de justiça’? Daí a gente sugere alguma linha de atuação, alguma medida que a gente

302 ache interessante ou legislativa ou administrativa mesmo, para que as instituições apri-

303 morem seus serviços”. **Regina Bley** falou: “Aí sim, acho que cabe ao grupo bem e

304 acho que a gente dá conta”. **Ana Raggio** perguntou: “Dr. Rafael, como ficou mesmo o

305 texto?” **Rafael Moura** respondeu: “Sugerir a elaboração de protocolos e parâmetros de

306 atuação. Parâmetros fica até mais genérico e a gente pode sugerir qualquer medida”.

307 **Regina Bley** sugeriu: “Então tira protocolos e deixa parâmetros de atuação”. **Rafael**

308 **Moura** falou: “Acho que é até melhor, fica mais amplo”. **Ana Raggio** leu: “Sugerir a cri-

309 ação de parâmetros de atuação para a prevenção de falhas no sistema de justiça e in-

310 vestigação das leis”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Só até ‘siste-

311 ma de justiça’, porque a investigação é parte do parâmetro. A gente pode falar para

312 identificação e prevenção de falhas, porque como o Dr. [Rafael Moura] falou, identifi-

313 cou-se e já na sequência se adotou a medida”. **Ana Raggio** falou: “Então fechamos os

314 objetivos específicos. Agora a meta então: ‘Elaborar relatório final, contendo informa-

315 ções sobre o trabalho do GT e recomendações de medidas aos órgãos competentes,

316 com a disponibilização de documentos em repositório público’. Na metodologia inicial-

317 mente a gente falou da institucionalização pelo CEDCA, COPED, CONSEPIR, DEJU e

318 DPCA. Para institucionalização da instância colegiada de trabalho acerca do Caso, en-

319 tende-se estratégico a composição por representantes de... Além disso, entende-se

320 pelo convite às instituições abaixo listadas, considerando suas atribuições. Eu não sei

321 se isso permanece”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Já retira. Aqui

16

322 a gente teve o cuidado de não usar nem o termo oitiva e teve o cuidado de usar a escu-  
 323 ta de relato espontâneo, porque acho que a ideia é realmente não fazer desse espaço  
 324 um espaço de inquisição das pessoas. Então, acho que nós poderíamos talvez estabe-  
 325 lecer também um tempo. Nós vamos fazer nossa reunião das 09h às 12h, a manhã  
 326 toda e dentro desse tempo deixar 45 minutos para o relato espontâneo. Depois talvez a  
 327 condução das perguntas dos participantes, mas nessa perspectiva de que aquele que  
 328 vem fazer o relato, indique e escolha o que considera relevante em relação à sua rela-  
 329 ção com o Caso e que possa nos indicar da sua perspectiva que sugestões, que ques-  
 330 tões gostaria de destacar nesse relato, para a gente realmente não pensar que é uma  
 331 estrutura de tribunal de inquisição mesmo. Não sei se isso ficou claro no texto da meto-  
 332 dologia”. **Silvio Renato Fernandes Jardim** falou: “Pra mim ficou muito claro, Dra”. **An-  
 333 gela Christianne Lunedo de Mendonça** continuou: “Aqui na metodologia talvez esta-  
 334 belecer essa reunião com início às 09h e a finalização no máximo até 12h, não precisa  
 335 necessariamente ser com a abertura, procedimentos de leitura, aprovação de ata e  
 336 chamada. Na sequência, a escuta do relato do convidado e a abertura ao diálogo com  
 337 os membros do GT. Posteriormente, acho que podemos agradecer a presença, como  
 338 fazemos nas câmaras Dra. Bruna, nas câmaras do CEDCA. Agradecemos a participa-  
 339 ção do convidado e fazemos um debate interno enquanto GT, a partir daquilo que nós  
 340 ouvimos. Pode ser? Inicialmente aqui na sala onde nós fazemos o evento”. **Ana Rag-  
 341 gio** falou: “Então, fica: assim sendo, tem-se como metodologia das reuniões semanais,  
 342 com duração das 09h às 12h. Abertura pela Coordenação, chamada dos membros,  
 343 apresentação da ata da reunião anterior e dos encaminhamentos aprovados, relato es-  
 344 pontâneo de pessoas convidadas, pelo período de até 45 minutos, perguntas dos mem-  
 345 bros do GT, debates internos sobre o relato trazido, definição de encaminhamentos. As  
 346 reuniões serão gravadas para arquivo e disponibilização a acadêmicos(as) e institui-  
 347 ções de ensino, que foi a solicitação que o Secretário fez. Para aprofundamento das  
 348 questões, o Grupo será subdividido em eixos e subeixos formados por membros de  
 349 acordo com as competências da instituição que representa. Para a criação dos eixos,  
 350 levar-se-á em conta as áreas afetas a partir de uma análise inicial do caso. Aos inte-  
 351 grantes de cada eixo caberá a definição de convidados(as) para relato espontâneo,  
 352 bem como a elaboração do texto contendo as atividades desenvolvidas e sugestões  
 353 para composição do relatório final. Temos como primeiro eixo o ‘Jurídico e Processual’,  
 354 dentro dele o subeixo processo judicial, procedimentos policiais e procedimentos perici-  
 355 ais, e sugerimos como membros o Ministério Público, Defensoria, OAB e SESP. A par-  
 356 tir daquela nossa primeira reunião, a gente teve alguns nomes trazidos para serem ou-  
 357 vidos e seria o Antonio Figueiredo Basto, José Maria de Paula Correia, Luiz Carlos de  
 358 Oliveira, Patrícia Nobre e Haroldo Nater. O Antonio Figueiredo é advogado, José Maria  
 359 de Paula é delegado, Luiz Carlos de Oliveira também é delegado, Patrícia Nobre é a  
 360 responsável pelo SICRIDE e o Haroldo Nater foi um dos advogados também do caso”.  
 361 **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Nós temos também o Dr. Gro-  
 362 chocki, que é o diretor da área de perícia da Polícia Científica. Acho que ele pode ser  
 363 ouvido não como caso, mas como profissional”. **Ana Raggio** continuou: “Aí nós temos  
 364 o eixo ‘Imprensa e Jornalismo’, que teria como integrante o COPED e como convidados  
 365 até o momento Vânia Mara, Ivan Mizanzuk e Aly Muritiba”. **Angela Christianne Lune-  
 366 do de Mendonça** completou: “Vânia Mara Welte, que escreveu o livro”. **Ana Raggio**  
 367 deu sequência: “Em violações de direitos humanos, teria os subeixos ‘Desaparecimen-



18

368 to de pessoas, liberdade religiosa, tortura e vítimas e familiares'. Teria composição pelo  
 369 COPED, CONSEPIR, CEDCA, DEDIF, DPCA e DEJU, mas também aberto aos de-  
 370 mais. É só uma sugestão. Algumas pessoas que foram colocadas como convidadas se-  
 371 riam o Dom Pedro Fedalto, as vítimas de tortura, representantes das religiões de matri-  
 372 zes africanas e também a Dra. Isabel Kugler Mendes, que foi sugerida na última reuni-  
 373 ão. Agora teríamos que ver com os representantes das instituições se concordam com  
 374 essa composição e se gostariam de indicar mais pessoas". **Silvio Renato Fernandes**  
 375 **Jardim** sugeriu: "Eu acho que pessoas para serem ouvidas vão surgir no processo".  
 376 **Rogério Nicolau** falou: "Eu concordo, Ana, e não sei se haveria a possibilidade de dei-  
 377 xar isso em aberto, porque eventualmente pode ser que essas pessoas, ao darem suas  
 378 declarações, venham a mencionar algum outro nome que pode ter passado batido pela  
 379 gente". **Ana Raggio** informou: "Coloquei 'outros eixos, subeixos, integrantes e convida-  
 380 dos(as) poderão ser incluídos durante o desenvolvimento das atividades'. Seria só uma  
 381 prévia". **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: "Acho que é importante es-  
 382 tabelecer por quem começa. Talvez começar pelo eixo do jornalismo, que vai trazer um  
 383 retrato mais geral e amplo sobre a situação e depois talvez a ordem também mude.  
 384 Mas deixar o jornalismo, começando por ele. E eu tenho uma preocupação mais de fins  
 385 didáticos que é a organização da equipe técnica em relação aos convites. Então, va-  
 386 mos precisar sempre com alguma antecedência verificar a agenda. Desse rol de pesso-  
 387 as que precisamos indicar, iniciando com quem, posteriormente quem, porque se não  
 388 nós não conseguimos em dois meses ouvir a todos. Então, aqui nós já poderíamos, por  
 389 exemplo, estabelecer tantos encontros para esse relato mais ampliado com Aly, Ivan e  
 390 Vânia e, na sequência, um segundo eixo que já não sei se envolvendo as famílias, en-  
 391 fim. Nós pensamos em ouvir as famílias também que nós não indicamos quem, se des-  
 392 se caso em específico ou de casos de outras crianças também desaparecidas na épo-  
 393 ca e quais são os eixos que nós vamos dar mais atenção nesse tempo. Dependendo  
 394 do eixo que nós dermos mais atenção, maior destaque e conteúdo haverá no relatório".  
 395 **Bruna Saraiva** sugeriu: "Só para confirmar, no eixo do sistema de justiça, não sei se  
 396 seria interessante minha sugestão em incluir o João Noronha, que na época era o dele-  
 397 gado-chefe da delegacia e esteve à frente das investigações. Se não me engano acho  
 398 que não está aqui o promotor da época". **Angela Christianne Lunedo de Mendonça**  
 399 falou: "Em relação ao promotor, acho que o Dr. Rafael pode talvez colocar se seria inte-  
 400 ressante ouvir o promotor Dr. Paulo, porque me parece que foram três promotores na  
 401 época, não só o Dr. Paulo. Ou se seria importante ouvir o Centro de Apoio Criminal do  
 402 CAOP, reforçando mais os procedimentos e as orientações doutrinárias do que propria-  
 403 mente quem atuou no caso. Acho que é uma questão importante para nós conversar-  
 404 mos". **Rafael Moura** falou: "Sempre com o cuidado, eu reforço o que o Dr. Olympio e a  
 405 Regina já falaram. Temos que ter o máximo cuidado de indicar que essas oitivas ou es-  
 406 ses diálogos, prefiro falar diálogo, são uma forma inicial de ouvir as pessoas sem a  
 407 perspectiva tão institucional ou tão oficial, para fugir ao máximo de estar em conflito  
 408 com as atribuições da polícia, do Ministério Público, da Justiça e até da defesa das  
 409 pessoas envolvidas. Tem que deixar bem claro que se trata de um convite para dialo-  
 410 gar sobre o caso, para buscar reanalisar o caso e verificar o que é possível de fazer  
 411 para as instituições aprenderem a partir do que aconteceu ali. Mas eu acho que se ti-  
 412 vesse convite, eu passo para a Procuradoria Geral ou o próprio GT pode passar". **An-**  
 413 **gela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: "Acho que ambas as medidas, porque

20

414 se o Senhor puder fazer essa interlocução interna facilita bastante e a gente faz institu-  
415 cionalmente enquanto GT. Em relação ao eixo 'Imprensa e Jornalismo', me parece que  
416 temos consenso. Nós poderíamos ver a ordem dos convites. Começamos pelo Ivan,  
417 depois Aly e depois a Vânia? Temos prazo para fazer o convite, entrar em contato e fa-  
418 zer a agenda". **Ana Raggio** falou: "Então a gente teria para a próxima semana o Ivan,  
419 inclusive ele já conversou com o Guilherme, Chefe de Gabinete do Secretário e ele já  
420 tem agenda reservada para isso na semana que vem. Ele está aguardando o convite. A  
421 gente convidaria os três para a próxima quarta-feira?" **Angela Christianne Lunedo de**  
422 **Mendonça** respondeu: "Acho que não dá tempo. Só ele ou no máximo dois, porque  
423 uma hora e meia da nossa reunião vai ser só escuta. Talvez o Ivan nessa e os dois jun-  
424 tos na outra. O próximo seria o 'Jurídico processual' antes [do eixo] da Violação? Antes  
425 de ouvir as vítimas? Acho que primeiro as vítimas". **Silvio Renato Fernandes Jardim**  
426 sugeriu: "Acho que Jornalismo, Violações e Jurídico". **Marcel Jeronimo Lima Oliveira**  
427 propôs: "Eu queria fazer como proposta, não sei como o GT entende, são vários subei-  
428 xos, várias perspectivas, seria importante que a gente pudesse submeter ao COPED,  
429 os conselheiros e conselheiras que tivessem interesse de fato em acompanhar esses  
430 eixos. Nesse sentido, a gente poder fazer essas indicações por essas reuniões de eixo  
431 e por conselheiros e conselheiras que tiverem disponibilidade de tempo para fazer jus-  
432 tamente esse acompanhamento. Eu não sei como o GT pensa nesse sentido. Também  
433 não sei como ficou aquela questão que a Angela comentou no início referente a partici-  
434 pação de novas pessoas, não sei se já foi debatido esse assunto. Eu estou vendo o  
435 plano de trabalho e, se fosse possível, se o GT entendesse como possível se a gente  
436 pudesse apresentar o plano de trabalho rapidamente em plenária e destacar quem ti-  
437 vesse interesse em integrar esses eixos, tanto os conselheiros titulares, quanto os su-  
438 plentes, acho que seria ideal. A gente teria uma participação efetiva do COPED, por  
439 conselheiros especialistas em temas específicos que possam acompanhar o GT e que  
440 possam dar suas contribuições como Conselho Permanente de Direitos Humanos do  
441 Estado do Paraná". **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: "A gente colo-  
442 cou isso em pauta depois da finalização do plano Marcel, mas eu não vejo problema e  
443 aqui reconheço a autonomia das instituições de compor as representações que melhor  
444 couberem dentro dos debates e dos assuntos aqui. Acho importante a gente ter esse  
445 cuidado institucional, porque nós realmente não estamos aqui falando da opinião de A  
446 ou B, e como já temos recebido solicitações para participar do GT com representação  
447 pessoal, acho que esse é um cuidado que a gente precisaria estabelecer. Acho que o  
448 COPED, como representação institucional e a forma como essa representação vai se  
449 dar é de autonomia do Conselho. Só peço que o conselho indique quem são as pesso-  
450 as que estarão compondo conosco essa representação em casa eixo. Pelo menos isso.  
451 Acho que é importante criar essa forma de trabalho para não ter dúvidas em relação às  
452 pessoas que estarão fazendo essas mediações conosco. Acho que a OAB pode indicar  
453 quantas pessoas considerar importante, CEDCA, COPED, o próprio Ministério Público,  
454 a polícia também. Eu observei que não temos representantes da Polícia Militar com-  
455 pondo o grupo, e seria bastante importante. Temos a Polícia Científica e não temos re-  
456 presentação da Polícia Militar, mas acho que isso é uma singularidade e uma liberalida-  
457 de da instituição". **Marcel Jeronimo Lima Oliveira** falou: "Perfeito. Acho que pelo ca-  
458 lendário não devemos esperar a plenária do COPED que está prevista em agosto e  
459 junto aos conselheiros e conselheiras diretamente apresentando pelos meios virtuais

22

460 para tentar tirar as designações e decidir”. **Ana Raggio** falou: “Está terminando de tra-  
 461 mitar internamente os ofícios para oficializar os convites, mas já vamos inserir uma al-  
 462 teração que é estabelecido um número de pessoas, um titular e um suplente, mas va-  
 463 mos deixar aberto nesse sentido de quantas pessoas”. **Marcel Jeronymo Lima Olivei-**  
 464 **ra** falou: “Fica a sugestão, de repente, do GT ter um Grupo Gestor e, nesse Grupo  
 465 Gestor, titular e suplente, que vão deliberar eventuais alterações no Plano de Trabalho.  
 466 E as representações compõem os eixos específicos para execução do trabalho. Fica  
 467 como sugestão”. **Ana Raggio** falou: “Vamos pensar na alteração da metodologia para  
 468 inserir essa informação. Nessa parte de violações de direitos, a gente já vai definir es-  
 469 sas datas e a ordem dos convidados?” **Angela Christianne Lunedo de Mendonça**  
 470 respondeu: “Sim. Em relação a violações de direitos, nós indicamos em relação ao de-  
 471 saparecimento de pessoas, liberdade religiosa, tortura e vítimas e familiares, com CO-  
 472 PED, CONSEPIR, CEDCA, DEDIF, DPCA e DEJU. Pensando em desaparecimento de  
 473 pessoas, talvez as vítimas e familiares. Teria alguma sugestão de vítimas e familiares?  
 474 Alguém tem contato com essa família? Quem faria o convite, a mediação com os famili-  
 475 ares das crianças?” **Bruna Saraiva** falou: “Eu vi pelo documentário que alguns familia-  
 476 res preferiram não se manifestar já no documentário e outros até faleceram. Acho que  
 477 se a gente não tiver esse contato com os familiares diretos e envolvidos, acho que tem  
 478 uma associação dos pais de familiares e vítimas de crianças desaparecidas. Acho que  
 479 até são bastante divulgados na mídia. Então, se não houver possibilidade de convidar  
 480 ninguém, nenhum envolvido no caso, nenhum familiar em si, acho que trazer essa re-  
 481 presentação desse colegiado”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** questio-  
 482 nou: “E quem faria esse contato? DEDIF ou DPCA? Carmen? Eu vou pedir então que a  
 483 Carmen, representante do DPCA e a Ana, representando o DEDIF, fiquem com essa  
 484 incumbência do contato com a associação e com a família. A OAB pode ficar responsá-  
 485 vel por esse contato com a Dra. Isabel, Dra. Bruna? Dr. Rogério?” **Rogério Nicolau**  
 486 respondeu: “Eu posso eventualmente entrar em contato com a Dra. Isabel. Para o dia  
 487 18 de agosto? Eu tenho só uma dúvida. Vítimas e familiares, as Abagge serão ouvidas  
 488 também?” **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** respondeu: “Sim, é que aqui  
 489 são as vítimas em relação às crianças desaparecidas e você está falando das vítimas  
 490 da tortura, que é uma questão que o grupo precisa decidir. As Abagge e as demais.  
 491 Acho que tem uma pessoa que faleceu ainda no sistema, no presídio”. **Rogério Nico-**  
 492 **lau** falou: “O Dr. Haroldo Nater, que eu sugeri, foi advogado dos jovens que sofreram  
 493 tortura. O Antonio Figueiredo Basto foi advogado das Abagge. O Dr. Haroldo Nater foi  
 494 advogado dos homens. Aí que reside a minha dúvida, se vai ouvir todos, se vai ouvir as  
 495 Abbage, se tem interesse em ouvir. E acho importante que se ouça esses homens que  
 496 sofreram as torturas também”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Tal-  
 497 vez nós pudéssemos reconfigurar essa planilha, porque aí os advogados falam no eixo  
 498 de baixo e as vítimas falam no eixo de cima. Talvez a Dra. Isabel falaria mais na condi-  
 499 ção da Comissão de Direitos Humanos. Mas seria uma fala a mais se fôssemos ouvir  
 500 as vítimas. Teremos que convidar ao lugar de fala as mulheres e os homens nesse  
 501 contexto. Talvez realmente termos uma manhã só de escuta dos relatos dessas víti-  
 502 mas”. **Ana Raggio** falou: “Eu separei aqui vítimas e familiares de pessoas desapareci-  
 503 das e vítimas e familiares de pessoas que sofreram tortura”. **Angela Christianne Lu-**  
 504 **nedo de Mendonça** perguntou: “Mas será que a gente faz isso no mesmo dia?” **Ana**  
 505 **Raggio** questionou: “Mas daí a gente não vai ouvir os representantes legais?” **Angela**

24

506 **Christianne Lunedo de Mendonça** respondeu: “Mais daí ouve em baixo os represen-  
 507 tantes, que é o eixo ‘Jurídico Processual’, que é quem teve a capacidade postulatória  
 508 no processo.” **Ana Raggio** falou: “Por último o eixo Jurídico”. **Angela Christianne Lu-**  
 509 **nedo de Mendonça** informou: “Nós só precisamos estabelecer quem vai convidar as  
 510 vítimas de tortura e quem vai convidar os representantes das religiões e Dom Pedro  
 511 Fedalto. O Departamento de Justiça pode fazer esse trabalho? Ok então”. **Ana Raggio**  
 512 perguntou: “Aqui então Ivan, Aly Muritiba e Vânia faremos pela SEJUF mesmo?” **An-**  
 513 **gela Christianne Lunedo de Mendonça** respondeu: “Pelo Gabinete”. Ana Raggio per-  
 514 guntou novamente: “Em relação a familiares de pessoas desaparecidas e a associação  
 515 ficou com o DEDIF e DPCA. Aí temos a Dra. Isabel, que o responsável será a OAB e  
 516 as vítimas e familiares de pessoas torturadas ficou para DEJU”. **Regina Bley** questio-  
 517 nou: “Vítimas e familiares de pessoas que supostamente sofreram tortura, significa con-  
 518 vidar quem exatamente? Ouvir quem?” **Angela Christianne Lunedo de Mendonça**  
 519 respondeu: “As vítimas. As Abagge e os homens”. **Regina Bley** retomou: “Isso não nos  
 520 remeteria para aquele outro objetivo que a gente falou inicialmente de não transformar  
 521 em um tribunal?” **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “É que eu acho  
 522 muito difícil falar em direitos humanos sem ouvir, sem dar espaço. Como é que vamos  
 523 falar em nome da pessoa ou só o advogado falar em nome da parte sem que o GT faça  
 524 esse convite?” **Regina Bley** destacou: “O Grupo tem que se manifestar, porque acho  
 525 que é uma questão bem central”. **Rafael Moura** falou: “Eu também vejo com preocupa-  
 526 ção, porque principalmente em casos de graves violações de direitos humanos, que en-  
 527 volve situações delicadas, muitas vezes o que acontece no âmbito da criança e do ado-  
 528 lescente a gente tem que evitar ao máximo ouvir a pessoa por várias vezes sobre o  
 529 mesmo fato, que gera muitas vezes a revitimização. Isso normalmente tem que ser fei-  
 530 to com todo o cuidado, até com assistência psicológica, em um âmbito mais restrito, si-  
 531 giloso, com objetivo certo, com todas as cautelas, de maneira que aquele depoimento  
 532 também fique em sigilo e que seja tomado de tal maneira que não precise ser refeito  
 533 por várias vezes. Então, fico também, sinceramente, com bastante receio de ouvir a  
 534 vítima em relação a esses fatos possivelmente delituosos e que configuram várias vio-  
 535 lações de direitos humanos num grupo de trabalho que não tem essa finalidade estrita-  
 536 mente criminal. Será que não seria de bom tom a gente verificar antes se a tortura e  
 537 esses fatos todos gravíssimos não estão sendo apurados pela Polícia novamente, até  
 538 pelo Ministério Público? Eu sei que com a série e com as várias reportagens que saí-  
 539 ram recentemente, provavelmente esse caso já esteja sendo reapreciado. Contato com  
 540 o advogado, com defensor e com a autoridade policial que está à frente desse caso  
 541 para que a gente saiba se realmente é de bom tom a gente ouvir e, se ouvir, que tipo  
 542 de oitiva a gente tem que fazer, que tipo de diálogo, quais temas é melhor a gente não  
 543 tocar aqui e para evitar justamente todos esses problemas que podem ser gerados a  
 544 partir da revitimização. Tenho muito receio disso, às vezes a pessoa pode até trazer al-  
 545 gum fato, algum elemento que coloca sua vida em risco. Até porque pelo que o Secre-  
 546 tário falou na reunião inicial, a ideia era fazer daqui um ambiente aberto, inclusive com  
 547 convite para os estudantes acompanharem os trabalhos e tudo mais. Então, só faço  
 548 essa observação aqui”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** pediu: “Queria ou-  
 549 vir mais o Grupo, que os demais participantes se manifestassem”. **Rogério Nicolau** fa-  
 550 lou: “Eu acho que nós deveríamos pelo menos dar escolha dessas pessoas que sofre-  
 551 ram essas violações de direitos humanos, se elas desejam ou não expor. Acredito que

26

552 entrando em contato com os advogados que os representam, a gente já vai ter uma si-  
553 gnalização nesse sentido pelo menos, porque se o Grupo está disposto a discutir viola-  
554 ções de direitos humanos, ficaria muito complicado a gente não ouvir quem sofreu es-  
555 sas violações. Então, a minha sugestão é que, pelo menos em relação ao Dr. Haroldo,  
556 que eu conheço bem, posso entrar em contato com ele e verificar se os homens que  
557 ele defendeu tem interesse em expor as violações que sofreram, até para que possa  
558 evitar esse tipo de violação novamente, identificando”. **Marcel Jeronimo Lima Olivei-**  
559 **ra** falou: “Eu acho que é especificamente isso as excelentes contribuições da Regina,  
560 do Dr. Rafael e do colega Rogério. Do ponto de vista objetivo, dialogando muito com a  
561 fala da Regina, em que pese não ser de fato um tribunal, eu acho que para poder resul-  
562 tar em um objetivo que a gente tire alguns encaminhamentos importantes, que do pon-  
563 to de vista do Conselho de Direitos Humanos, eu acho que o grande recorte que nos in-  
564 teressa, além da abominável violação dos direitos das crianças que foram desapareci-  
565 das, é também o resultado de repúdio à tortura. Nesse sentido, os mecanismos que a  
566 gente sabe que existem hoje no sistema penal, a forma de fiscalização, ainda não é to-  
567 talmente segura. O sistema criminal tem problemas, a gente sabe disso. O dia a dia  
568 aponta esses problemas e se a gente está olhando o Caso Evandro, para evitar que  
569 novas violações ocorram, objetivamente falando estamos falando da tortura, eu acho  
570 que pelo menos que não está pacificado, que sempre foi abominável socialmente o de-  
571 saparecimento de crianças, que as mentes doentias adotam essa postura criminoso so-  
572 bre o desaparecimento de crianças. Mas a tortura, me parece que fica esse ponto fun-  
573 damental a saída encontrada. A fala do Dr. Rafael é primorosa de fato para todos os  
574 protocolos específicos para evitar revitimização. Elogiar o Dr. Rafael é muito fácil pelo  
575 currículo dele e pela passagem dele pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos,  
576 todos esses espaço de preparo que o Dr. Rafael tem.. Essa preocupação é muito im-  
577 portante destacar, mas concordo com o que o Dr. Rogério traz, acho que a gente não  
578 faria uma convocação. A ideia é que a gente aponte objetivamente, falando que não  
579 tem nenhuma atribuição de resolver o problema de que a gente escute, o GT não tem  
580 nenhuma atribuição de resolver o problema de ninguém. Me parece que o Grupo de  
581 Trabalho é para, escutando as verdades, encontrar saídas e recomendar alterações no  
582 sistema de segurança pública, no sistema judiciário, sugestões dentro do sistema da  
583 criança e do adolescente que fizerem sentido. Encerrando minha contribuição, é nesse  
584 ponto específico, Angela, por sua solicitação de contribuição dos membros do Grupo  
585 de Trabalho, que é importante que conste tanto vítimas das famílias das crianças e  
586 adolescentes, quando vítimas das torturas. Eu consulto de fato, informação processual  
587 eu não tenho, se a tortura ela é suposta ou já é verdade. Ela é suposta como está  
588 constando no Plano de Trabalho ou não. Se são vítimas da tortura e não supostamen-  
589 te. E é aí que nós ouçamos, no objetivo de colher informações e que a gente possa co-  
590 lher outros dados no ponto de vista processual, que subsidie outras provas, que para a  
591 gente não vai ter nenhum fim judicial, nenhum fim objetivo. Acho que é bom estar bem  
592 consciente que o nosso fim é ouvir tudo e apresentar uma resposta de recomendação.  
593 Faz sentido isso, Angela? É mais ou menos esse o nosso papel ou seria algo diferen-  
594 te?” **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** respondeu: “Esse acho que é o gran-  
595 de nó crítico do Grupo que nós precisamos estabelecer. Acho que o cuidado com a ter-  
596 minologia ‘relato espontâneo’ e não revitimização, é justamente para que o Estado não  
597 cometa a violência institucional. Por outro lado, me parece que aqui nós temos o recor-

28

598 te de pessoas adultas, com condição de auto determinação e que seriam em tese con-  
599 vidadas a expor, e talvez aqui nesse relato espontâneo, nesse relato aberto, o Grupo  
600 pudesse indicar qual é o objetivo mesmo do relato delas, das vítimas, tanto em relação  
601 às famílias das crianças desaparecidas, que me parecem que já são inclusive idosos,  
602 pais e mães idosos que talvez não queiram fazer uso, mas realmente não dar voz a es-  
603 sas famílias, realmente, como garantista, acho extremamente delicado. Acho que o  
604 convite nós devemos sim fazê-lo e o que talvez possamos fazer em caso de preserva-  
605 ção da imagem, preservação inclusive emocional, é nessas escutas nós tratarmos dis-  
606 so como uma informação reservada do grupo, sem a exposição midiática desses rela-  
607 tos. Isso talvez de certa forma retomasse o objetivo interno do Grupo, essa escuta sem  
608 exposição ampla, com o cuidado que o Dr. Rafael e a Regina trouxeram. Não sei se  
609 isso ajuda a dar um certo contorno protetivo, mas ao mesmo tempo oportunizar um lu-  
610 gar de fala para essas pessoas”. **Bruna Saraiva** falou: “Queria pontuar uma preocupa-  
611 ção minha. Nós estamos lidando com dois focos de vitimização, as crianças que foram  
612 vítimas e os adultos que foram acusados supostamente ou efetivamente torturados.  
613 Um desses dois nichos nós não podemos mais ouvir porque foram vítimas fatais, não  
614 estão mais aqui para falar. Eu me preocupo com a revitimização dessas famílias, mas o  
615 convite, aí uma faculdade e não uma intimação, acho que é uma oportunidade de fala.  
616 Me preocupa muito nós não darmos a faculdade da fala, porque acho que tão importan-  
617 te quanto o cuidado da revitimização, é a gente oportunizar a fala, até para que a gen-  
618 te, na sequência, consiga inclusive alguma ligação dos trabalhos que forem feitos aqui.  
619 Acho que o convite minimiza a preocupação da revitimização dos familiares”. **Cláudio**  
620 **Marques Rolin e Silva** falou: “Eu entendo a preocupação do Dr. Rafael, mas eu tenho  
621 certeza que é muito importante para que essas pessoas possam se manifestar, e,  
622 como foi dito, é um convite, será um relato espontâneo. Eu até estou vendo aqui o re-  
623 cebido do Ivan, uma manifestação do Ministério Público de 22 de setembro de 2020,  
624 até o Dr. Rafael poderia confirmar isso depois. É uma notícia de fato que foi arquivada  
625 relacionada a esse fato, ou seja, com essas decisões a gente vai praticamente dificul-  
626 tando que as vítimas ou possíveis vítimas se manifestem e essa vontade de falar, essa  
627 decisão de falar tem que caber somente a elas. É uma notícia de fato 006020000117-4,  
628 e ali a manifestação é pelo arquivamento relacionada justamente a essas fitas que con-  
629 têm aquelas gravações onde aparecem as pessoas que foram investigadas em estado  
630 que a gente percebe que está profundamente alterado o estado normal delas. Então,  
631 acredito que é muito importante para o GT fazer o convite e ouvir o relato dessas pes-  
632 soas, muito importante para todos nós inclusive”. **Regina Bley** falou: “Eu acho que o  
633 objetivo da provocação que eu fiz inicialmente era exatamente essa, era abrir essa dis-  
634 cussão para o grupo. Acho que a gente é um grupo de trabalho e minha preocupação é  
635 sempre a mesma, coerentemente e reiterando o que eu disse: entender qual é o objeti-  
636 vo desse grupo. Quanto ao mérito de lugar de fala das vítimas que sofreram violações  
637 de direitos humanos, por óbvio eu concordo integralmente, em relação a isso, ao méri-  
638 to. Mas eu acho que caberia, coube, um debate, um diálogo, uma discussão aqui no  
639 grupo em relação se isso se coaduna com os objetivos desse Grupo e, se todos enten-  
640 dem que sim, ok. Não vejo nenhum problema, ressaltadas todas as preocupações que  
641 já foram colocadas aqui pelo Dr. Rafael, pelo Marcel, pelos demais que se manifesta-  
642 ram. Mas quanto ao mérito da questão eu concordo integralmente, lugar de fala é im-  
643 portantíssimo, mas precisaríamos ver se coaduna com o objetivo desse Grupo para o

30

644 qual foi criado. Era só essa a questão que eu levantei”. **Angela Christianne Lunedo**  
645 **de Mendonça** falou: “Olá, seja bem-vindo Dr. Olympio. Suas contribuições são sempre  
646 muito bem-vindas, estamos aqui desatando nó crítico, de quem chamamos para o eixo  
647 de violação de direitos humanos e relativo ao desaparecimento de pessoas, liberdade  
648 religiosa, tortura, vítimas e familiares. Conseguimos construir um consenso em relação  
649 a familiares de pessoas desaparecidas no Caso Evandro, convidando a Associação de  
650 Familiares e um contato também com a família direta, família natural ou família extensa  
651 do menino Evandro. Construimos um consenso em relação a Dra. Isabel e de igualda-  
652 de religiosa me parece que não há divergência. Agora, em relação a vítimas e familia-  
653 res de pessoas que supostamente sofreram tortura no Caso Evandro, há uma posição  
654 do Dr. Rafael, peço que por favor ele retome e uma posição de outros membros do  
655 Grupo e a gente está bem no meio de uma composição. Talvez o Senhor possa nos  
656 ajudar nesse ponto de convergência”. **Rafael Moura** esclareceu: “A minha preocupa-  
657 ção coincide com a da Regina e é da gente não avançar nas atribuição das outras insti-  
658 tuições, sobretudo na investigação criminal. Também, minhas preocupações passam  
659 pela necessidade de guardar o sigilo nessas declarações, sobretudo em eventuais de-  
660 núncias e afirmações que possam colocar em risco a vida das vítimas. Me preocupa  
661 também a questão da revitimização, de repetir os fatos, às vezes até correndo risco de  
662 entrar em alguma contradição que possa ser utilizada contra elas e também em relação  
663 ao foco, que é importante se for ouvir essas pessoas, explicá-las sobre qual a finalida-  
664 de desse Grupo, que não se confundem com as finalidades policiais e muito menos ju-  
665 diciais. Então, fico com bastante receio em relação a isso e até mesmo depois de ouvir  
666 as contribuições dos colegas sobre a necessidade de ouvir as pessoas, do lugar de fala  
667 de que as vítimas são todas adultas e têm condições de falar por si, tem o direito de ter  
668 sua fala respeitada, ser considerada e a ter suas dores e seus pontos de vistas levados  
669 em consideração. Eu acho que ainda assim seria importante, talvez para a gente se po-  
670 sicionar um pouco melhor, entender um pouco melhor o contexto, ouvir as autoridades  
671 que estejam investigando. O Dr. Marques trouxe a informação de que foi arquivado no  
672 Ministério Público, depois até se puder nos passar o número dessa notícia de fato, a  
673 gente pode fazer uma apuração interna, verificar se tem alguma investigação em anda-  
674 mento, mas acho que seria bem importante alinhar bem os pontos. Ou talvez eu esteja  
675 sendo cauteloso demais. De qualquer maneira eu achei que o meio termo que já foi  
676 apresentado é um avanço, mas reitero minha preocupação de a gente criar um ruído  
677 que eventualmente possa prejudicar as vítimas”. **Angela Christianne Lunedo de Men-**  
678 **donça** falou: “Dra. Bruna e Dr. Rogério se manifestaram pela OAB e também o Marcel  
679 pelo COPED, para nós atualizarmos o Dr. Olympio”. **Marcel Jeronymo Lima Oliveira**  
680 falou: “Do ponto de vista do COPED, Dr. Olympio, basicamente dentro dos eixos de  
681 atribuição inicialmente a gente solicitou que os eixos de trabalho e a execução do tra-  
682 balho pudessem ser feitos por conselheiros e conselheiras que tiverem especialidade  
683 nos temas e do ponto de vista do objeto a gente destacou a preocupação que se tem  
684 com isso, com os protocolos de direitos humanos e de escuta. Acho totalmente enten-  
685 dível, mas destacamos também que entendendo o trabalho desse Grupo de Trabalho  
686 como podendo criar mecanismos futuros. Do ponto de vista objetivo que esse GT pode  
687 produzir, é construir, primeiro reforçando o que o Sr. trouxe anteriormente, que a gente  
688 possa de fato, resultando disso, ter o Sistema Nacional aderido pelo Paraná, mas que a  
689 gente possa, analisando as vítimas – e eu reitero que não sei se são supostas ou efeti-

32

690 vas torturas que ocorreram e se não há nenhuma apuração criminal nesse sentido, por-  
 691 que no Plano de Trabalho consta a palavra 'supostamente torturadas' e se não é su-  
 692 posto, até tirar a palavra supostamente. Nesse contexto, esse Grupo de Trabalho, se  
 693 possível ouvir em título de convite os adultos maiores de idade. O Dr. Rogério trouxe  
 694 até a possibilidade da gente consultar os advogados previamente das vítimas e de fa-  
 695 miliares de vítimas de tortura e nesse sentido, havendo o aceite, a gente faz a escuta.  
 696 Concordo totalmente com o que a Angela disse de fazer esse recorte, mas concordo  
 697 totalmente, Angela, de fazer isso de maneira reservada, sem exposição. Eu acho que  
 698 esse tipo de escuta é para fins de levarmos o objetivo desse Grupo de Trabalho a en-  
 699 caminhar recomendações. Nesse sentido, eu acho que qualquer exploração midiática  
 700 disso ou exposição a mais, eu acho totalmente desnecessária, mas para os trabalhos  
 701 eu destaco como importante do ponto de vista institucional do COPED, entendendo  
 702 que escutar as vítimas, se houver outros meios bacana, se houver impedimentos não  
 703 vamos ouvir. O COPED, entendendo a importância do convite que recebeu e com-  
 704 prendendo que, pela designação do Secretário, que esse GT pode sim dar encami-  
 705 nhamentos em relação à tortura; acho que ouvir essas vítimas de tortura seria bastante  
 706 importante para que a gente tire alguns encaminhamentos e mecanismos que do pas-  
 707 sado ainda persistem em alguma medida menor dentro do sistema criminal". **Silvio Re-**  
 708 **nato Fernandes Jardim** falou: "Estou acompanhando todas as ponderações e as duas  
 709 vertentes são super importantes. A preocupação com o resultado das oitivas, mas tam-  
 710 bém com a preocupação de não dar direito à voz dessas pessoas. Então, entendo que  
 711 temos a obrigação como Comissão de dar o direito a essas pessoas de se manifesta-  
 712 rem ou não. Nós não podemos nos omitir com relação a não oferecer essa possibilida-  
 713 de. Acho que é fundamental como Comissão que a gente dê o direito a essas pessoas  
 714 se manifestarem, se elas quiserem ou não, de forma escrita, de forma velada, de forma  
 715 presencial, enfim, isso a gente pode na sequência dar o devido encaminhamento. Acho  
 716 que essa Comissão deveria dar esse direito das pessoas serem ouvidas. Vamos con-  
 717 vidá-las a se manifestarem, porque senão realmente após o resultado da Comissão  
 718 que a gente espera que seja o mais indicativo possível e mais positivo, alguém pode di-  
 719 zer 'mas as vítimas nem foram ouvidas'. Não podemos ficar com essa mancha na nos-  
 720 sa Comissão. Nós temos a obrigação de dar o direito deles se manifestarem. Se eles  
 721 vão querer essa manifestação ou não, é uma posição individual de cada um, mas nós  
 722 devemos dar esse direito sim. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: "Ok.  
 723 Dr. Olympio, não sei se o contexto ficou aqui estabelecido. Se o Senhor puder nos aju-  
 724 dar com as suas considerações...". **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto** questionou:  
 725 "A minha dúvida é que não sei qual é o meio termo. Parece que há um meio termo".  
 726 **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** respondeu: "O meio termo seria nós pen-  
 727 sarmos outra estratégia, porque a princípio o Grupo seria um grupo público com acesso  
 728 das pessoas de maneira geral, mas em especial nos relatos das vítimas nós faríamos  
 729 uma escuta protegida, uma escuta cuidadosa internamente dentro do próprio Grupo, e  
 730 para fins de oportunizar a fala, mas sem essa questão da exposição e de elementos  
 731 que sejam aqui apontados nesse momento da escuta do grupo e que podem repercutir  
 732 em possíveis encaminhamentos futuros em relação ao procedimento". **Dr. Olympio de**  
 733 **Sá Sotto Maior Neto** manifestou: "Então seria uma oitiva reservada? A minha preocu-  
 734 pação e que talvez seja isso que o Rafael tenha colocado, é que para que não façamos  
 735 aqui uma reprodução de todo processo, que a Comissão queira atuar como tribunal de



34

736 apelação. Mas eu acho que se já chegou a esse encaminhamento de oitiva reservada,  
 737 eu acho que é razoável. Acho que é razoável fazer dessa forma para estar protegendo  
 738 as próprias vítimas. Eu já entendi como um convite”. **Angela Christianne Lunedo de**  
 739 **Mendonça** complementou: “E um relato espontâneo, Dr., com foco no relato espontâ-  
 740 neo, sem essa lógica da inquisição”. **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto** falou: “Acho  
 741 que está bom o encaminhamento”. **Rafael Moura** falou: “Só para complementar, eu es-  
 742 tou de acordo também com esse meio termo, acho que a gente deixando bem expres-  
 743 so que é um convite, que aqui não é uma investigação criminal, que pode resultar em  
 744 um encaminhamento, mas que o principal objetivo é evitar que casos como esse acon-  
 745 teçam novamente e também eu acho que tomar esse cuidado de fazer uma sessão re-  
 746 servada e tal. Eu acho que a gente podia também pensar se vamos fazer isso antes ou  
 747 depois de conversar com as autoridades que estejam investigando. Talvez seja interes-  
 748 sante fazer isso depois, para não criar algum ruído. Eu já me comprometo, em rece-  
 749 bendo o número que o Dr. Marques já indiciou, em verificar no MP do Paraná se tem  
 750 alguma coisa e acho que polícia poderia fazer essa checagem, essa busca interna para  
 751 a gente conversar com a autoridade que esteja investigando esse caso para evitar al-  
 752 gum ruído”. **Regina Bley** falou: “Só complementando, eu acho que demonstrando esse  
 753 cuidado todo que o Grupo vai ter, talvez acatar a sugestão do Dr. Rogério de fazer uma  
 754 consulta prévia aos advogados, enfim, cuidadosamente. Acho que o importante é a  
 755 gente tomar todos os cuidados, preservar demonstrando que é apenas um convite e  
 756 protegido, que as vítimas estarão sendo protegidas. Acho que é importante o lugar de  
 757 fala e que nossa preocupação já foi bastante explicitada, acho que essa possibilidade  
 758 apresentada agora, acho que fica bem adequada aos objetivos do GT. Concordo tam-  
 759 bém”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Como encaminhamento do  
 760 Grupo então, não sei se há também esse consenso, alteramos a ordem da escuta. Iria-  
 761 mos para o terceiro eixo que era o primeiro. Eixo ‘Jurídico Processual’ como segundo  
 762 então. Ouviríamos as autoridades e representantes e, por fim, as vítimas. Então volta-  
 763 mos ao eixo ‘Jurídico Processual’. Em relação aos familiares, acho que ficaria o contato  
 764 da OAB com os representantes das supostas vítimas de tortura para fazer essa media-  
 765 ção. Seria isso, Dr. Rogério, em relação aos encaminhamentos práticos? Porque de-  
 766 pois a Ana já coloca as datas e horários da escuta”. **Rogério Nicolau** falou: “Pode ser  
 767 Angela”. **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto** sugeriu: “Para situarmos esse contexto  
 768 todo, nós poderíamos obter a informação primeiro se houve já algum pedido de revisão  
 769 criminal do caso, descobrir se está em andamento ou se não está; e a outra coisa, se  
 770 há uma notícia crime específica em relação a eventual tortura, se essa matéria já foi  
 771 apreciada, se já foi eventualmente arquivada, qual é a situação e se já foi encaminhada  
 772 para investigação essas fitas para que a autoridade policial possa fazer perícia das fi-  
 773 tas, para saber a autenticidade delas. Acho que são informações importantes para nós  
 774 sobre a eventual revisão criminal e sobre o reinício de investigações pela autoridade  
 775 policial, no que diz respeito a possível prática de tortura.” **Bruna Saraiva** falou: “Acho  
 776 muito importante essa fala do Dr. Olympio, e minha sugestão é um pouco mais didáti-  
 777 ca. Talvez acrescentar mais um tópico ao final de todos os que já colocamos de atuali-  
 778 zações do caso, alguma coisa nesse sentido, para a gente trazer o que foi feito depois,  
 779 porque nós vamos narrar tudo que aconteceu, ouvir as pessoas que aceitaram o convi-  
 780 te e ao final trazer as atualizações, que acho muito importante”. **Angela Christianne**  
 781 **Lunedo de Mendonça** falou: “É uma ótima sugestão e considero bem importante essa

36

782 condução. Assim como nós preparamos documentos em relação a encaminhamentos,  
 783 termo de cooperação, o acesso a todo o Grupo das informações daquilo que pretende-  
 784 mos como esforço maior, porque o objetivo do Grupo não é só olhar para trás, mas  
 785 olhar para frente, apontando encaminhamentos. De qualquer forma, acho que essa atu-  
 786 alização das informações seria bastante importante como um dos eixos. E em relação  
 787 à atualização da situação do caso, acho que passa principalmente pela situação da  
 788 SESP, passa pela questão dos próprios advogados e a OAB é uma ótima mediação, e  
 789 pelo próprio Ministério Público em relação à atualização do caso. Não sei se estou en-  
 790 ganada em relação a isso, mas é bem do âmbito do sistema de justiça”. **Cláudio Mar-**  
 791 **ques Rolin e Silva** informou: “Em Guaratuba tem o inquérito policial 237/92, vítima Ce-  
 792 lina Abagge e outras e esse inquérito foi arquivado, o qual versava sobre a tortura. Só  
 793 para trazer essa informação”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Essa  
 794 informação é uma informação importante que venha do Ministério Público como infor-  
 795 mação formal. E em relação à SESP, também não sei se algum procedimento interno.  
 796 É o que aparece no documentário, que houve um procedimento administrativo que foi  
 797 arquivado. Há alguma outra informação sobre isso em relação as torturas na época ou  
 798 não? Se nós formos abrir esse eixo, essas questões que terão que ser atualizadas pe-  
 799 las instituições, a situação atual dos procedimentos e dos processos. Aí o GT vai soli-  
 800 citar para as instituições que informem qual a situação atual, enfim. Me parece que  
 801 essa seria a condução”. **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto** falou: “A regra do archi-  
 802 vamento é no sentido de que a autoridade policial pode a qualquer momento, diante da  
 803 existência de novos elementos, reabrir o inquérito, reexaminar. Era importante saber,  
 804 porque salvo engano da minha parte, o que tem de novo nesse contexto é o surgimen-  
 805 to de uma fita, e a partir de um áudio se reestabelece essa questão da possível prática  
 806 de tortura. Então, precisava saber se esse áudio já foi encaminhado para a autoridade  
 807 policial de Guaratuba, de onde foi arquivado, para ver se é o caso de desarquivamento,  
 808 de se dar sequência às investigações. Essa é uma informação bem importante, porque  
 809 a autoridade policial vai certamente encaminhar à perícia técnica para análise dessa  
 810 fita, para saber da autenticidade dela. Acho que esse é um dado muito significativo,  
 811 tudo que havia de elemento probatório já foi apreciado pelo Tribunal do Júri, o que me  
 812 parece que o que tem de novo é a existência dessa fita. Tanto que nos episódios do  
 813 Caso Evandro, a surpresa final é exatamente a existência dessa fita que o Ministério  
 814 Público diz que não se encontrava nos autos e, portanto, por que não se encontrava?  
 815 Com quem estava? Como apareceu? Isso tem que ser objeto de investigação pela au-  
 816 toridade policial”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Perfeito”. **Ana**  
 817 **Raggio** falou: “Considerando que a meta do GT é a elaboração de Relatório Final, con-  
 818 tendo informações sobre o trabalho do GT e sugestões de medidas aos órgãos compe-  
 819 tentes, bem como disponibilização de documentos em repositório público, entende-se  
 820 necessária, durante as reuniões do GT, a escuta de relatos espontâneos de pessoas  
 821 convidadas relacionadas ao caso e às instituições e políticas públicas afetas, a fim de  
 822 levantar o que cada pessoa identifica como um obstáculo a ser superado e o que sugere  
 823 para a superação. Previamente, todavia, entende-se pela necessidade de verificar  
 824 junto à Polícia Civil, MPPR e representantes legais a existência de nova investigação,  
 825 perícia de provas e/ou pedido de revisão criminal. Ademais, verificar com as autorida-  
 826 des o que é possível tratar no GT e formas de escuta que não promovam revitimização.  
 827 Durante a escuta, por sua vez, possibilitar a sigilosidade da informação. Ainda, deixei

38

828 como observação prévia verificar com a Polícia Civil, MPPR e representantes legais so-  
 829 bre se está havendo nova investigação, o que é possível tratar no GT e formas de es-  
 830 cuta que não promovam revitimização. Durante, possibilitar sigilidade da informa-  
 831 ção”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** destacou: “Eu não sei se a informa-  
 832 ção sigilosa é técnica, acho que tem outro sentido pela questão da terminologia legal.  
 833 Não sei se é informação sigilosa ou reservada. Peço que vejamos a terminologia ade-  
 834 quada para colocar”. **Ana Raggio** continuou: “Agora, no eixo ‘Jurídico Processual’,  
 835 quem vamos convidar? Qual a ordem? No eixo ‘Jurídico Processual’ temos como su-  
 836 beixo processo judicial, procedimentos policiais e procedimentos periciais. A sugestão  
 837 seria o MP, Defensoria, OAB e SESP. Tivemos o levantamento de Antonio Figueiredo  
 838 Basto, que foi um dos advogados do caso; José Maria da Paula Correia, que foi Dele-  
 839 gado na época; Luiz Carlos Oliveira, também foi delegado na época; Luiz Grochocki,  
 840 que é o atual representante da Polícia Científica; Patrícia Nobre, do SICRIDE, delegada  
 841 também; Haroldo Nater, que foi advogado das supostas vítimas de tortura; e com rela-  
 842 ção ao Ministério Público, podíamos convidar o Promotor de Justiça que atuou no caso  
 843 ou fazer um convite ao Ministério Público para que encaminhe alguém”. **Dr. Olympio**  
 844 **de Sá Sotto Maior Neto** falou: “Talvez possa ser o Dr. Paulo, mas vamos ver quem  
 845 que seria interessante”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Podería-  
 846 mos abrir espaço por representação, então talvez um período para os advogados das  
 847 vítimas, um período para os delegados que atuaram no caso. Talvez um espaço para  
 848 esse trabalho mais técnico da delegada do NUCRIA e para o delegado Dr. Grochocki,  
 849 que trabalha com a produção de perícias hoje. Talvez organizar um pouco isso para  
 850 não termos uma confusão de papéis. Fazer uma escuta por blocos, porque é bastante  
 851 gente, talvez menos tempo para eles e ouvi-los em um momento único, os dois advo-  
 852 gados, os três delegados, mais por sugestão didática mesmo. Dar mais espaço para a  
 853 escuta técnica que é o SICRIDE, a atuação da Dra. Patrícia sobre essa pauta da crian-  
 854 ça desaparecida, Dr. Grochocki com a produção de perícia. Nós temos no próprio CED-  
 855 CA o financiamento de um programa muito bonito chamado ‘Fim da Espera’, que é a  
 856 criação de banco de DNA de crianças desaparecidas no Paraná e talvez debruçar um  
 857 pouco mais de tempo na escuta técnica. Queria só entender se é acolhida essa suges-  
 858 tão ou se tem outra. Pode ser?”. **Regina Bley** respondeu: “Pode ser **Angela**”. **Angela**  
 859 **Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Dessa forma então organizado por grandes  
 860 blocos e os responsáveis pelos convites, pela confirmação conforme as datas previstas  
 861 no nosso Plano de Trabalho. Sem esse planejamento fica tudo muito delicado. Acho  
 862 que já pedimos aqui no Plano uma prorrogação de prazo, não é?” **Regina Bley** falou:  
 863 “É o que eu ia falar, Angela”. **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Já en-  
 864 caminha para o Secretário pedindo a prorrogação de prazo conforme o Plano de Traba-  
 865 lho. Esse é o encaminhamento. Então, em julho a publicação da resolução, a realiza-  
 866 ção da reunião de alinhamento, que é esta, envio do ofício dos convites, já iniciamos os  
 867 convites formais para o relato espontâneo, concomitante aqui a publicação da resolu-  
 868 ção de nomeação dos membros. De julho até setembro analisar o Caso Evandro para  
 869 analisar possíveis violações de direitos humanos, definição do Plano de Trabalho, es-  
 870 cuta de relatos voluntários de pessoas envolvidas no caso e representantes de institui-  
 871 ções e órgãos públicos, aprovação de encaminhamentos. Acho que aqui também va-  
 872 mos fazendo a produção dos registros de trabalhos do GT. Outra fase é a construção e  
 873 apresentação do relatório, que é o item 3. Acho que além de apresentação, é elabora-

40

874 ção pelos eixos de relato das atividades desenvolvidas e sugestões. A gente tinha su-  
 875 gerido tirar a palavra 'recomendações'. Elaboração do relatório final, publicação do re-  
 876 latório final e criação de repositório online para acesso dos documentos. Mais alguma  
 877 sugestão? Não sei se ficou registrada aqui a deliberação do Grupo pela inclusão de re-  
 878 presentantes institucionais no Grupo e não representação pessoal ou personalíssima,  
 879 justamente pela natureza do Grupo. Acho que é importante constar: o lugar midiático  
 880 não é exatamente aqui. A representação institucional é bem importante. O Grupo teria  
 881 mais alguma questão? Podemos dar encaminhamentos? A Ana, que criou o grupo de  
 882 Whatsapp para que a gente possa ir conversando sobre o GT, só seria importante nós  
 883 termos feedback dos encaminhamentos e das responsabilidades de cada um em rela-  
 884 ção aos contatos, aos convidados, para a gente ir realmente fechando as agendas, por-  
 885 que caso nós não tenhamos adesão, nosso cronograma pode ser alterado. Caso nós  
 886 façamos o convite e as pessoas não venham, a nossa agenda vai mudando. É isso en-  
 887 tão?" **Regina Bley** manifestou: "Perfeito". **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto** falou:  
 888 "Vou me desculpar novamente pelo atraso, mas está ótimo". **Marcel Jeronymo Lima**  
 889 **Oliveira** informou: "Totalmente de acordo". **Angela Christianne Lunedo de Mendon-**  
 890 **ça** falou: "Nós vamos finalizar o Plano de Trabalho, fazer uma revisão e já encaminha-  
 891 mos para todos". **Regina Bley** falou: "Estou super de acordo, Angela, acho que é isso  
 892 mesmo, gostei do debate, da discussão, da avaliação. Acho que isso é um grupo de  
 893 trabalho, bem banaca mesmo. Parabéns para todos e todas". **Ana Raggio**: "Estou fa-  
 894 zendo a adaptação, e depois com relação à composição farei a última revisão e vou  
 895 sistematizar os encaminhamentos que a gente aprovou para poder encaminhar para  
 896 todo mundo, e na sequência teremos a ata, que enviarei por e-mail para vocês. Como é  
 897 uma ata em formato de transcrição, ela é mais trabalhosa e por isso a gente vai acabar  
 898 enviando para vocês mais próximo da convocação, mas o nosso cronograma de traba-  
 899 lho já está definido, toda quarta-feira pela manhã". **Regina Bley** falou: "E a nossa reuni-  
 900 ão da equipe técnica será toda terça-feira, é isso Angela?". **Angela Christianne Lune-**  
 901 **do de Mendonça** falou: "Acho importante, porque saíram vários encaminhamentos téc-  
 902 nicos. Eu peço também que o Plano de Trabalho seja paginado, para a gente poder fa-  
 903 zer referência na hora de trabalhar com ele". **Rogério Nicolau** falou: "Eu achei muito  
 904 proveitosa a reunião, muito importante a gente pontuar algumas questões que possam  
 905 ser fundamentais para determinar o que se busca atingir com esse Grupo e muito efici-  
 906 ente a Ana e a Dra, e todas as colocações que os demais membros fizeram. Eu estou à  
 907 disposição sempre, Dra., o que precisar da OAB, da minha parte, da Comissão de Di-  
 908 reitos Humanos, Dra. Bruna também que nos representa. Nós estamos à disposição  
 909 para toda e qualquer necessidade que o Grupo venha a precisar". **Bruna Saraiva** falou:  
 910 "Eu valido todas as frases do meu colega Dr. Rogério. Só queria fazer duas pondera-  
 911 ções. O Dr. Bruno precisou sair, mas ele estava na passada e saiu hoje um pouco mais  
 912 cedo, pois tinha outro compromisso. Então, acho que só teria que tentar incluí-lo naqui-  
 913 lo que for correlato ao trabalho da Defensoria e considerar naquelas instituições. A se-  
 914 gunda seria que lá em outubro a gente possa se reunir para um café da manhã na SE-  
 915 JUF para que todo mundo possa jogar energias boas e matar a saudade, pois está  
 916 todo mundo cheio de saudade!". **Marcel Jeronymo Lima Oliveira** falou: "Só um deta-  
 917 lhe: que eu estou muito ansioso, jurava que era essa semana que eu vacinaria, sema-  
 918 na passada chegou em 39 e eu estou com 34. Estou com uma ansiedade que vocês  
 919 nem imaginam. Semana que vem vai!" **Angela Christianne Lunedo de Mendonça** fa-

42

920 lou: “Acolhemos, Dra. Bruna, sua proposta! Nós vamos festejar a finalização dessa ta-  
921 refa tão delicada e tão importante. Ainda bem que estamos entre amigos e amigas nos  
922 apoiando”. **Cláudio Marques Rolin e Silva** manifestou: “Excelente todos os encami-  
923 nhamentos. No começo pensei ‘mais uma nova missão’, mas eu estou achando muito  
924 interessante tudo isso que está sendo desenvolvido aqui. Volto a dizer que estamos  
925 participando de algo realmente histórico. Durante muito tempo a gente lutou pela Co-  
926 missão de Direitos Humanos para criar grupos dessa natureza e realmente me sur-  
927 preendeu essa iniciativa. Obrigado”. **Silvio Renato Fernandes Jardim** falou: “Só agra-  
928 decer também a essa manhã tão produtiva e todas as ponderações que foram feitas,  
929 realmente vão unindo o que nós buscamos com essa Comissão. No primeiro momento,  
930 a gente tem uma impressão diferente e depois vai ouvindo as ponderações e observa-  
931 ções e vai chegando no consenso que se busca com essa Comissão. Muito bom, acho  
932 que foi uma manhã extremamente produtiva e a partir de agora temos os devidos enca-  
933 minhamentos para efetivamente começar a trabalhar. Muito obrigado”. **Angela Christi-  
934 anne Lunedo de Mendonça** finalizou: “Obrigada a todos, até quarta-feira novamente.  
935 A equipe técnica se reúne na terça. Obrigada, Ana Vitória, Carmem também aqui co-  
936 nosco e eu só reforço para que a equipe reforce o convite ao Dr. Grochocki, também  
937 acolhendo as orientações da Dra. Bruna de especificarmos dentro dessa tabela de ati-  
938 vidades a participação da Defensoria Pública, que é bastante importante. Aguardamos  
939 as indicações dos demais Conselhos para participação nos eixos”. **Encerramento: An-  
940 gela Christianne Lunedo de Mendonça** agradeceu a todos os presentes e encerrou o  
941 segundo encontro do **GRUPO DE TRABALHO - CASO EVANDRO: APONTAMEN-  
942 TOS PARA O FUTURO**. A presente ata foi lavrada pela Residente Técnica Ana Vitória  
943 Naumann e corrigida pela servidora Eloise Zanon Garcia.